



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL BRASÍLIA/DF, 26 de SETEMBRO DE 2006.

ATA DA XIX REUNIÃO DO CONSEA

1 Às nove horas e cinqüenta minutos do dia vinte e seis de setembro do ano de dois
2 mil e seis, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à praça dos Três
3 Poderes, s/nº, Brasília/DF, por convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes,
4 foi realizada a XIX Reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
5 Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído
6 através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III,
7 e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo
8 Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. Registrou-se a presença dos
9 membros representantes da Sociedade Civil: Adriano dos Santos Martins; Ana
10 Lúcia Pereira; Ana Maria Salles Placidino; Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite;
11 Christiane Gasparini Araújo Costa; Delzi Maria de Araújo Castro; Dulce Terezinha
12 Oliveira Cunha; Éldo Bonomo; Elza Maria Franco Braga; Francisco Menezes; José
13 Ribamar Araújo e Silva; Malaquias Batista Filho; Padre Matias Martinho Lenz;
14 Pastor Rolf Schümemann; Pastor Sillas dos Santos Vieira; Pedro Makumbundu
15 Kitoko; Regina da Silva Miranda; Renato Sérgio Maluf; Sônia Lúcia Lucena Sousa
16 de Andrade; Ubiraci Dantas de Oliveira e Zilda Arns. Registrou-se as presenças dos
17 seguintes suplentes dos representantes da Sociedade Civil: Celiana Barbosa
18 Pereira; Denyse Maria de Almeida Gomes; Estanislau da Silva Salles; Pedro Simão
19 Filho. Registrou-se a presença dos seguintes representantes de Ministros no
20 CONSEA: Emma Siliprandi/ Ministério do Desenvolvimento Agrário; Roberto
21 Marinho Alves da Silva/ Ministério do Trabalho e Emprego; Roberto
22 Vizentin/Ministério do Meio Ambiente; Márcia Helena Carvalho Lopes/Ministério do
23 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Raphael F. Paiva e Silvana
24 Parente/Ministério da Integração Nacional. Registrou-se a presença dos membros
25 observadores: Selvino Heck/Assessoria Especial da PR; Nildes de Oliveira Andrade/
26 Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição; Meiry Andrea Borges
27 David/Talher Nacional. Registrou-se a presença dos seguintes convidados e
28 assessores: Aderval Costa Filho, Adriana Aranha, Adriana Santos, Aline Cristina
29 Figueiredo, Bianca Lazarini Cunha, Fernando Antônio Viga Magalhães, Lorena
30 Chaves, Luciana Cassiano Machado, Márcia Molina Rodrigues, Maria do Carmo de
31 Jesus Botafogo, Marianna Mach Mieto Sá, Marília Leão, Patrícia Chaves Gentil,
32 Rocilda Santos Moreira, Rogério Carvalho Jonas Jr, Rosalynd Vinícios da Rocha
33 Moreira, Roseane do Socorro Gonçalves Viana, Sílvio Porto, Sônia Lúcia dos Santos
34 Reis Alves, Taís Porto Oliveira, Tânia M.E. Cruz e Thalita Antony de Souza Lima.
35 **Pauta:** PERÍODO DA MANHÃ - (1) Aprovação da Ata da XVIII Plenária e da Pauta –
36 9h às 9:15; (2) Informes - 9:15 às 10h; (3) Relatório do Grupo de Trabalho
37 “Alimentação Adequada e Saudável” - 10h às 11:30, incluindo Apresentação do
38 Relatório do Grupo, Manifestação das instâncias e Debate e encaminhamentos;
39 (4) Projeto de Lei do Orçamento 2007 e balanço das propostas do Consea – 11:30
40 às 12:45, incluindo Apresentação e Debate e encaminhamentos; PERÍODO DA
41 TARDE: (5) Definições sobre a III Conferência Nacional – 14h às 17h, incluindo
42 (5.1) Número de delegados e cotas (Apresentação da proposta, Debate e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

43 deliberação), (5.2) Manual Orientador (Apresentação da proposta, Debate e
44 deliberação), (5.3) Regimento da III Conferência (Apresentação da proposta,
45 Debate e deliberação); (6) Encaminhamento das Instâncias – 17h às 17:30; e (7)
46 ENCERRAMENTO – 17:30. No dia vinte e nove de agosto de dois mil e seis, no
47 Auditório do Palácio do Planalto, em Brasília/DF realizou-se a XIX Reunião Plenária
48 do Consea. O Presidente Francisco Menezes iniciou a reunião saudando os
49 presentes e convidou a Senhora Adriana Aranha, representante do Ministério do
50 Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, para a compor a mesa.
51 Lembrou que esta Plenária estava prevista para ser realizada em outubro, mas
52 teve que ser antecipada em função das eleições e pela urgência dos temas que
53 precisavam ser tratados. O Presidente do CONSEA informou que, apesar dos
54 esforços, não foi possível concluir a ata da última Plenária, a que ficará disponível
55 para os conselheiros o mais breve possível, e consultou a Plenária quanto à Pauta,
56 a qual foi aprovada. Em seguida, informou que foi sancionada a Lei Orgânica de
57 Segurança Alimentar no último dia 15 de setembro, agradeceu a presença dos
58 Conselheiros no Ato de Sanção, por muitos participaram mesmo sendo chamados
59 em cima da hora. Acrescentou que iniciou-se a importante fase de
60 regulamentação, a qual deverá ser discutida nas próximas Plenárias, sendo a
61 Conferência um momento desse processo. O Presidente Chico Menezes informou
62 também que não haverá nenhuma Plenária antes da Semana Mundial de
63 Alimentação e que foi instalado um grupo de trabalho para preparação da Semana,
64 cujo tema, proposto pela FAO e ajustado no Brasil, servirá para chamar a atenção
65 para o fortalecimento da agricultura familiar e seu papel na segurança alimentar e
66 nutricional. Informou também que, ao invés de vídeo-conferência, haverá a
67 transmissão de um Programa pela Radiobrás, no Canal NBR, podendo ser assistido
68 em todo Brasil por parabólicas ou TV a cabo. Informou também sobre o Seminário
69 *Cultura e saberes alimentares e culturais*, promovidos pelo SESC e pelo SESI, a
70 partir de proposta pelo CONSEA, a ser realizado em São Paulo. O Presidente do
71 CONSEA passou a palavra para a Conselheira Adriana Santos, que cumprimentou
72 os presentes e justificou a ausência do Ministro, que fora convocado pelo
73 Presidente da República para uma viagem, sendo que a Secretária Executiva
74 chegaria à Plenária logo em seguida. Informou que foi feita consulta aos
75 Ministérios para indicação de representantes para a Comissão Organizadora, com
76 resposta muito positiva, demonstrando o empenho do governo para que a
77 Conferência tenha mais conteúdo e qualidade. Em seguida, a Representante do
78 MDS concedeu aparte ao Sr. Aderbal, que informou sobre a reformulação do
79 decreto referente à Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, no
80 sentido de ampliar a participação da sociedade civil, garantindo a representação de
81 28 segmentos. O Sr. Aderbal acrescentou que foi realizado em 2005 Encontro
82 Nacional que definiu as 12 prioridades, organizadas em 4 eixos agregadores
83 (acesso aos territórios nacionais e recursos naturais, infra-estrutura, inclusão
84 social e fomento à produção sustentável) para uma política nacional para os povos
85 e comunidades tradicionais, ora em elaboração, estando em andamento um
86 conjunto de oficinas para incorporar novas contribuições. A Sra. Adriana Aranha
87 retomou a palavra, sugerindo que o documento fosse enviado a todos os
88 Conselheiros para posterior discussão da proposta de política no âmbito do
89 CONSEA. O Presidente Chico Menezes deu início ao ponto de pauta referente à
90 proposta do Grupo de Trabalho Alimentação Adequada e Saudável, convidando a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

91 Conselheira Dulce Cunha para apresentar a proposta do Grupo, seguida das
92 manifestações das instâncias e dos Ministérios e depois o debate. Nesse momento,
93 integra-se à Mesa a Sra. Márcia Lopes, Secretária-Executiva do MDS, que
94 cumprimenta todos os presentes. A Conselheira Dulce Cunha iniciou sua
95 apresentação considerando ter sido feito o trabalho com muito entusiasmo e
96 comprometimento do Grupo, ressaltando a atuação da Sra. Denise Oliveira, da
97 FIOCRUZ e o caráter intersetorial do Grupo, tão necessário para a promoção da
98 alimentação adequada e saudável. Esclareceu que ainda não tinham respostas
99 sobre como implementar as propostas, porém estas não eram utópicas, mas sim
100 realizáveis. Numa primeira fase, foram feitas reuniões, e na segunda, optou-se por
101 oficinas, com o objetivo de fazer debates e diálogos intersetoriais e
102 interdisciplinares com setores governamentais e da sociedade civil. O documento do
103 Grupo continha antecedentes históricos e estratégicos de discussão do tema; a
104 construção conceitual de alimentação adequada e saudável; a fotografia dos
105 debates, incluindo os princípios conceituais estratégicos da proposta; e as
106 diretrizes gerais e estratégicas. A Conselheira Dulce Cunha registrou que o modelo
107 de desenvolvimento econômico e social brasileiro, apontado pelo historiador Josué
108 de Castro, sempre foi excludente; o lançamento da Campanha Contra a Fome e a
109 Miséria e pela Vida, fomentada pelo Betinho, que deu visibilidade ao problema da
110 fome, antes proibido. Relatou também os debates do Grupo sobre a produção de
111 alimentos baseada em práticas predatórias da natureza e desestruturadoras do
112 ecossistema e da produção familiar, oriundas da chamada "revolução verde".
113 Destacou também a transição epidemiológica, caracterizada por mudanças nos
114 padrões de morbidade e nutricionais, marcados pela carência e pela abundância de
115 alimentos, com fome em grupos e regiões de pobreza e ao, mesmo tempo, o
116 drama da obesidade, antes predominante nas classes de maior renda e hoje com
117 grande incidência nas classes menos privilegiadas. A Conselheira Dulce destacou
118 também o caráter populista das políticas implementadas até a década de 90; a
119 abordagem da Segurança Alimentar como direito na 8ª Conferência Nacional de
120 Saúde, em 1986; a desarticulação e desestruturação das políticas no período de
121 1990 a 2000 (Governo Collor); a elaboração do Mapa da Fome pelo Ipea e a
122 criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA no Governo
123 Itamar Franco; a extinção do CONSEA e do INAN e a criação da PNAN no Governo
124 Fernando Henrique Cardoso, esta última a partir da I Conferência de Segurança
125 Alimentar e Nutricional, preconizando ações inter-setoriais, monitoramento da
126 situação alimentar e nutricional, controle dos alimentos, estilo de vida saudável,
127 prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e capacitação dos recursos
128 humanos; já no Governo Lula, a instalação do CONSEA em 2003, já englobando a
129 dimensão nutricional, o lançamento do Fome Zero e a realização da 2ª Conferência
130 de Segurança Alimentar e Nutricional em 2004. A Conselheira Dulce Cunha
131 prosseguiu sua apresentação, destacando que o incentivo ao consumo de frutas,
132 legumes e verduras foi consenso entre os membros do GT e constituiu o pilar dos
133 debates, sendo identificados aspectos a serem aperfeiçoados, como o controle do
134 uso e dos resíduos de agrotóxicos e os transgênicos, em especial quanto à
135 rotulagem para garantia do princípio da precaução. A Coordenadora do GT
136 apresentou os cinco itens que marcaram o trabalho do grupo, a saber: (1)
137 aperfeiçoar matriz das ações governamentais voltadas ao aumento do consumo de
138 frutas, legumes e verduras; (2) desenvolver iniciativas no âmbito governamental,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

139 voltadas à promoção, resgate e valorização dos aspectos culturais, com ênfase nas
140 relações de gênero e na promoção e educação voltada à promoção da educação,
141 adequada e saudável; (3) Realizar inventário sobre ações desenvolvidas pela
142 sociedade civil com vistas à análise e expansão dessas ações no país; (4)
143 Desenvolver uma forma de articulação dos diversos setores do Governo Federal
144 envolvidos no tema; e (5) Aprofundar a identificação de um *locus* institucional para
145 as ações de promoção da alimentação adequada e saudável. Em síntese, a
146 Conselheira Dulce Cunha apresentou os produtos do Grupo de Trabalho. O Produto
147 1 é o conceito de alimentação adequada e saudável como “*A alimentação*
148 *adequada e saudável é o direito ao acesso e garantia permanente de alimentação*
149 *variada, equilibrada, moderada, prazerosa, livre de contaminantes físicos,*
150 *químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados, pautada no*
151 *referencial tradicional e cultural local, provida de forma socialmente justa e*
152 *ambientalmente sustentável, capaz de transmitir pelo ato de comer as*
153 *propriedades nutritivas e quimio-protetora dos alimentos”,* ressaltando que esse
154 conceito tenta englobar todas as dimensões de uma alimentação adequada e
155 saudável. Em seguida, apresentou o Produto 2, referente aos princípios: o direito
156 humano à alimentação adequada; a soberania e segurança alimentar e nutricional;
157 a intersetorialidade; a produção de alimentos com base agroecológica; a cultura
158 alimentar agregadora das condições simbólicas, sócio-econômicas e religiosas. O
159 produto 3 refere-se às diretrizes, incluindo: (a) Fazer constar do orçamento
160 nacional dotação orçamentária para a promoção à alimentação adequada e
161 saudável com vistas à articulação setorial entre gestão e orçamento; (b) Garantir
162 o enfoque preventivo nas ações de promoção da alimentação adequada e
163 saudável, desde a infância, no sentido de evitar o desenvolvimento de doenças
164 crônicas não transmissíveis e, em especial, das enfermidades causadas por
165 intolerâncias alimentares; (c) Implementar instância de denúncia às violações do
166 DHAA acessível à população; (d) Criar instrumentos (normas e práticas
167 administrativas) para o recebimento e investigação de denúncias de violações do
168 DHHA nos níveis local, estadual e federal, com ampla publicidade dessas normas
169 para a população, conselhos, funcionários públicos e operadores de direito; (e)
170 Promover de uma nova cultura institucional da realização do DHHA, baseada na
171 exigibilidade, justiciabilidade e judiciabilidade; (f) Criar, expandir e aprimorar
172 programas e ações do Governo Federal voltadas ao incentivo a produção de
173 alimentos com base em práticas agroecológicas, viabilizando a transição do modelo
174 vigente de produção agrícola potencializada na agricultura agroextrativista de base
175 familiar, na perspectiva de gênero, geração e etnia; (g) Fortalecer e consolidar o
176 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, transformando-o em política pública,
177 como forma de apoio à comercialização e incentivo à produção familiar e
178 agroextrativista, com base nos princípios agroecológicos, fortalecendo os circuitos
179 locais de produção e comercialização e o resgate da produção de alimentos
180 regionais; (h) Enfatizar a importância do Programa PAA para a promoção da
181 segurança alimentar, reiterada na Carta Política do II Encontro Nacional de
182 Agroecologia, que reconhece que as experiências de fornecimento de alimentos da
183 agricultura familiar e agroextrativismo, através do PAA, exercem um papel
184 dinamizador da produção agroecológica e do desenvolvimento local, através de sua
185 ampliação como política pública pela inclusão em seus objetivos o incentivo ao
186 manejo agroecológico dos sistemas produtivos e o resgate e preservação da



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

187 biodiversidade; (i) Priorizar a aquisição da alimentação escolar com produtos da
188 agricultura familiar, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, atendendo
189 as diretrizes do Consea e do FNDE quanto ao respeito aos hábitos regionais e a
190 vocação agrícola local, a promoção da cidadania, a criação de um mercado
191 institucional para a agricultura; (j) Priorizar ações que voltadas para o aumento do
192 consumo de legumes, verduras e frutas, como base a partir de iniciativas no
193 âmbito governamental e da sociedade civil, que promovam o resgate e a
194 valorização de aspectos simbólicos e culturais de compreensão dos alimentos e da
195 alimentação da sociedade brasileira; (l) Destacar a importância do
196 aperfeiçoamento do sistema de vigilância alimentar e nutricional em seus
197 componentes de produção de alimentos, comercialização e abastecimento para o
198 monitoramento de contaminantes físico-químicos e microbiológicos e de estado
199 nutricional; (m) Estabelecer mecanismos de regulação da publicidade de produtos
200 alimentícios através do desenvolvimento de um plano de comunicação a sociedade
201 brasileira; (n) Priorizar a educação nutricional e alimentar como principal
202 estratégia de promoção alimentação adequada e saudável; (o) Promover uma
203 Educação Alimentar e Nutricional - EAN pautada na autonomia, na
204 interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, na valorização e no respeito das
205 culturas alimentares e da diversidade regional, além da valorização da
206 biodiversidade local, utilizando um modelo educativo que seja dialógico e que opte
207 pela matriz/modelo da educação crítica/emancipatória, baseada no saber-fazer,
208 fazer e ser, num processo de construção coletiva do saber; (p) Fomentar pesquisas
209 sobre alimentação e nutrição nos diversos campos de conhecimento, com destaque
210 ao consumo alimentar e patrimônio cultural e produção de alimentos; e (q)
211 Rediscutir a formação dos profissionais de saúde, e em especial do nutricionista, de
212 modo que garanta o foco no Direito Humano a Alimentação Adequada e a
213 Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo a além das universidades os
214 ministérios afins, como a educação, a saúde e a agricultura e com as
215 representações de classe (conselhos, sindicatos, etc..). O produto 4 do GT
216 Alimentação Adequada e Saudável foi a definição de estratégias políticas, a saber:
217 (a) Criar no CONSEA - Nacional instância de articulação dos diversos setores do
218 Governo Federal envolvidos no tema da alimentação adequada e saudável para o
219 desenvolvimento de ações em âmbito nacional de promoção a alimentação
220 adequada e saudável; (b) Fortalecer o CONSEA como um órgão desencadeador e
221 promotor de discussão sobre EAN, inclusive pautando essa questão como tema
222 estratégico para a próxima conferência; (c) Estimular os setores governamentais à
223 priorizarem a EAN em políticas públicas novas e nas já existentes; (d) Fomentar
224 uma política de educação permanente com o objetivo de capacitar multiplicadores
225 de conhecimentos sobre alimentação e nutrição; (e) Ampliar linhas de fomento em
226 EAN para governo e sociedade civil; (f) Estabelecer e coordenar através do
227 CONSEA - Nacional seminários para a elaboração de documento de ação/programa
228 nacional de promoção a alimentação adequada e saudável, através da participação
229 da sociedade civil, instituições acadêmicas de ensino e pesquisa e órgãos
230 governamentais; (g) Fortalecer os CONSEAS nos Estados e municípios como
231 espaços de referência; (h) Participação do CONSEA Nacional no GT Interministerial
232 de Educação em Agroecologia. A Conselheira Dulce Cunha apresentou também o
233 Produto 5 do Grupo, referente às estratégias executivas-institucionais: (a)
234 Aperfeiçoar o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional para o monitoramento



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

235 da toxidade dos alimentos produzidos no campo e na indústria; (b)
236 Desenvolvimento de pesquisas de avaliação de consumo alimentar da população
237 brasileira; (c) Fomentar sistemas de distribuição e comercialização de alimentos
238 próprios da região para a garantia da comercialização e do consumo local, com
239 ênfase no combate ao desperdício e aproveitamento integral dos alimentos, como
240 os programas Alimentação Escolar - PNAE, PAT, PRONAF, PAA; (d) Incentivar o
241 aumento do consumo de frutas, legumes e verduras numa perspectiva intersetorial
242 através do resgate do patrimônio alimentar a luz dos aspectos simbólicos e
243 culturais da alimentação, que misturam as diversas experiências do ser humano
244 para permitir a invenção e resgate de práticas e comportamentos alimentares; (e)
245 Fomentar pacto social entre as indústrias governo e sociedade a regulamentação e
246 publicidade de produtos alimentícios voltados prioritariamente ao público infantil;
247 (f) Criar observatórios de experiências em educação alimentar e nutricional na
248 sociedade civil, para subsidiar setores governamentais no aprimoramento de ações
249 de educação alimentar e nutricional; (g) Articular iniciativas fragmentadas dos
250 vários ministérios (coordenação de agroecologia no MAPA; ações da SAF/ MDA;
251 área de pesquisa sobre agrobiodiversidade da EMBRAPA, etc.) que têm tido pouco
252 apoio e dificuldades de recursos); (h) Implementar ações relativas as Lei Nº 8.666
253 que estimulem a aquisição de produtos para a alimentação escolar de agricultores
254 de base familiar, por meio do PAA, como forma de respeitar os hábitos alimentares
255 regionais, o desenvolvimento sustentável local, o incentivo à produção familiar e
256 agroextrativista, além de possibilitar o acesso desses agricultores ao mercado
257 institucional; (i) Melhorar o diálogo alimentação e saúde com outras esferas como
258 trabalho (PAT), agricultura, ANVISA e PAA; (j) Criar mecanismos de diálogo com
259 as experiências de SAN e de promoção do direito humano à alimentação da
260 sociedade civil incluindo as diferentes formas de organizações populares; (l)
261 Incentivar e incluir o componente simbólico cultural nos programas e ações de
262 saúde na educação básica, técnica e superior; (m) Criar mecanismos que
263 possibilitem aumentar a abrangência do Programa de Alimentação do Trabalhador
264 - PAT, para inclusão de pequenas e micro empresas; (n) Incluir na equipe do MTE
265 e das Delegacias de Trabalho, estaduais e municipais, o profissional de nutrição
266 para acompanhamento técnico do PAT e implantação de mecanismos que
267 possibilitem o monitoramento dos aspectos nutricionais e da alimentação adequada
268 e saudável; (o) Articular ações de educação alimentar e nutricional com as de
269 abastecimento e agricultura familiar; (p) Promover maior articulação do CONSEA
270 Nacional com o MEC; (q) A educação alimentar deve garantir o nutricional em sua
271 nomenclatura e englobar os preceitos de promover a autonomia, a
272 interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, de respeitar as culturas alimentares,
273 de revitalizar e valorizar a história alimentar regional, de valorizar e reconhecer os
274 saberes populares, a biodiversidade local, o uso de uma linguagem adequada à
275 compreensão popular, e, inclusive, o saber ouvir. Finalmente, a Conselheira Dulce
276 Cunha colocou as seguintes questões para o debate: (1) Modelo de
277 desenvolvimento econômico e a agroecologia; (2) Conceito de alimentação
278 adequada e saudável proposto pelo GT; (3) Se as diretrizes propostas pelo GT
279 devem orientar a construção de um programa, de uma ação, de um eixo
280 articulador; (4) qual o lócus Institucional (garantida a intersetorialidade); e (5) que
281 papel o CONSEA terá na construção da alimentação adequada e saudável no país.
282 Concluindo sua apresentação, a Coordenadora do Grupo de Alimentação Adequada



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

283 e Saudável agradeceu a todos membros aos técnicos que participaram das
284 oficinas, informando que aguardava ainda algumas sugestões por escrito. O
285 Presidente Chico Menezes agradeceu a Conselheira e perguntou aos
286 representantes dos Ministérios participantes do Grupo de Trabalho se tinham
287 alguma colocação; não havendo, passou a palavra para a Conselheira Sônia
288 Lucena, que apresentou a posição das Câmaras Temáticas 1 e 2, que se reuniram
289 conjuntamente para apreciar a proposta. A Conselheira alertou para o pouco
290 tempo para discutir o documento, iniciando por apresentar uma dúvida em relação
291 ao conceito sugerido: se ele não se confundia com o próprio conceito de segurança
292 alimentar e nutricional. Outra colocação foi a ausência, no marco referencial, de
293 contribuições já encaminhadas, como a referência às pesquisas José de Castro na
294 construção do salário mínimo. A Conselheira Sônia Lucena prosseguiu,
295 apresentando outras sugestões: (a) substituir a referência ao desenvolvimento
296 econômico, muito abrangente, por uma referência mais direta ao agronegócio; (b)
297 o *locus institucional* deve ser o CONSEA, por conta do seu caráter intersetorial; (c)
298 incluir referência às restrições alimentares, a outros grupos específicos e também à
299 questão de gênero. A Conselheira registrou ainda a preocupação manifestada pela
300 CGPAN/MS quanto à proposta de constituição de uma política de alimentação
301 adequada e saudável, sendo mais adequado discutir profundamente a atual Política
302 Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN, propondo-se sua reestruturação, caso
303 necessário. Registrou ainda a discordância da CGPAN/MS quanto à proposta de
304 incluir o monitoramento de agrotóxicos dentro do SISVAN, por ser da área de
305 agricultura e não saúde, propondo-se discutir o papel de cada área nesse tema, se
306 necessário. A avaliação geral das Câmaras Temáticas 1 e 2 é que o documento
307 está bom, porém deve ser reestruturado, fazendo-se 5 blocos: 1º. marco
308 referencial; 2º. construção do referencial; 3º. fotografias dos debates; 4º.
309 princípios norteadores da proposta; e 5º. diretrizes gerais, subdivididas em
310 políticas e institucionais. Outra proposta relatada pela Conselheira Sônia Lucena foi
311 de continuidade do Grupo de Trabalho Alimentação Adequada e Saudável para
312 finalização do documento. O Presidente do CONSEA agradeceu e abriu as
313 inscrições, sendo o Conselheiro Carlos Eduardo Leite o primeiro. Este afirmou que
314 o resumo da Conselheira Sônia Lucena foi muito completo e destacou que esse
315 debate deverá ser estratégico para a III Conferência Nacional, devendo se
316 enfatizar a discussão do modelo de desenvolvimento agrícola e agrário e o padrão
317 de produção e consumo, tendo em vista uma clara polarização entre a visão do
318 agronegócio e a perspectiva de construção de um outro padrão de produção e de
319 modo de vida, a partir da agroecologia. Isso deveria ser feito não apenas no
320 desenvolvimento do documento do grupo, mas também nos debates do CONSEA
321 preparatórios à Conferência. O Presidente Chico Menezes passa a palavra para a
322 Sra. Thaís Porto, do Ministério da Saúde, que afirmou que as contribuições da
323 CGPAN/MS seriam encaminhadas por escrito e destacou a necessidade de
324 fortalecimento da PNAN à luz da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e
325 Nutricional, bem como da política de promoção de saúde, já aprovada. A Sra. Thaís
326 Porto esclareceu também esclarecimento quanto ao monitoramento de resíduos de
327 agrotóxicos, o que é atribuição da Anvisa, por meio do Programa de Análise de
328 Resíduos em Alimentos – PARA, e não do SISVAN; já o registro de agrotóxicos no
329 Governo é feito por três Ministérios: Saúde, por meio da Anvisa, Meio Ambiente e
330 Agricultura; dessa forma, para se conseguir um efetivo monitoramento, deve-se



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

331 fortalecer as ações dos três Ministérios, trabalhando em conjunto. O Presidente
332 agradeceu à representante do MS e passou a palavra para o Conselheiro Professor
333 Malaquias Batista, que agradeceu e colocou que uma referência internacional, a
334 partir dos documentos das Nações Unidas subscrito por vários países, inclusive o
335 Brasil, é que o alvo da Alimentação saudável deve ser o consumo de sete por cento
336 das calorias através de frutas, legumes e verduras, o que concretiza e dá
337 objetividade a este ponto. Afirmou que estamos mais ou menos consumindo três e
338 meio, quando a meta seria sete por cento. A Sra. Roseane Vianna, do MDS, relatora
339 da Comissão Permanente das Populações Negras, apresentou a sugestão de
340 reconhecimento do patrimônio imaterial alimentar na gastronomia brasileira,
341 dotado de qualidade nutricional, em especial na comida indígena, afro-
342 descendentes e dos povos ribeirinhos. O Presidente solicitou que as sugestões
343 sejam encaminhadas por escrito e passou a palavra ao Conselheiro Renato Maluf,
344 que parabenizou o Grupo pelo trabalho e fez duas observações. A primeira referiu-
345 se ao conceito, por considerar que uma das suas grandes qualidades era a
346 pretensão de conceituar alimentação adequada e saudável, optando por
347 estabelecer uma ótica a partir do direito, com a qual concordou, mas sugeriu que o
348 documento trabalhasse mais na direção de conceituar o que quer dizer alimentação
349 adequada e saudável, sem se confundir com a própria Segurança Alimentar e
350 Nutricional. Tudo aquilo que diz respeito a programa, orientações para atuação dos
351 órgãos, não precisa estar na definição, e sim nos programas, para que o conceito
352 seja sintético o suficiente e portanto operacional. Outra questão apresentada pelo
353 Conselheiro Renato Maluf foi a inserção institucional, considerando que,
354 preservando-se o caráter intersetorial, a promoção da alimentação adequada e
355 saudável pode estar mais ligada a um órgão, em função das questões
356 orçamentárias. Acrescentou que o papel do Consea será melhor desempenhado
357 quando tiver a Câmara Interministerial, a quem caberá coordenar as ações do
358 governo, cabendo ao CONSEA monitorar, sugerir prioridades, demandar recursos.
359 O Senhor Sílvio Porto, representante do MAPA, resgatou a primeira questão
360 colocada pelo Conselheiro Carlos Eduardo Leite, quanto à importância da crítica ao
361 modelo do desenvolvimento agrícola e agrário, na perspectiva de consumo de
362 alimentação adequada e saudável. Destaca a dificuldade de acesso a produtos
363 agroecológicos, principalmente pelo preço, e a atual fase agora da revolução
364 verde, que é a da biotecnologia, havendo simpatia de cientistas pela transgenia. O
365 Sr. Sílvio Porto destacou a necessidade de priorizar esse debate, frente à
366 aprovação da lei de bio-segurança e à possibilidade de comercialização de produtos
367 geneticamente modificados. Com relação ao monitoramento dos contaminantes
368 físico-químicos, citou o exemplo da Ceasa do Rio Grande do Sul, que conseguiu
369 implantar um monitoramento tímido durante certo período, sendo que a Argentina
370 possui um modelo que é referência; como fazer monitoramento é caro, isso tem
371 que ser incorporado como uma política e conseguir estruturar os laboratórios, que
372 no geral não estão preparados para isso, e não têm recursos públicos para fazer
373 esse tipo de análise. O representante do MAPA abordou em seguida a questão da
374 educação alimentar, destacando a necessidade de se avançar efetivamente na
375 regulamentação da propaganda, de ações no âmbito das escolas e de campanhas
376 massivas. O Senhor Sílvio Porto abordou ainda o Programa de Alimentação do
377 Trabalhador – PAT, que se relaciona com a proposta de política nacional de
378 abastecimento alimentar, na perspectiva de democratizar o acesso à alimentação,



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

379 porém a atual obrigatoriedade do uso de cartão eletrônico exclui os pequenos
380 varejistas, reforçando a tendência de concentração no abastecimento alimentar.
381 Contribuições. Finalizando, considerou o documento excelente e apontou o grande
382 desafio de identificar o que é essencial na proposta, para apoiar a implementação
383 das políticas pelo Governo. A Conselheira Zilda Arns relatou a experiência de
384 atuação Comissão Intersetorial de Saúde Indígena, que conseguiu articular a
385 atuação de vários órgãos, sugerindo o diálogo com o Conselho Nacional de Saúde
386 sobre a intersetorialidade, que foi mais assumida pelo CONSEA. A Conselheira
387 alertou para a necessidade de se definir propostas práticas e destacou, ao fim, o
388 problema da anemia, que atinge cerca de 50% das crianças e mulheres gestantes.
389 O Conselheiro Éldo Bonomo chamou a atenção da estratégica política de se criar
390 no CONSEA uma instância para a promoção da alimentação saudável lembrando
391 que isso é atribuição da Câmara Temática 2, à qual o Grupo de Trabalho é
392 vinculado, e Câmara Interministerial prevista na LOSAN, para a atuação
393 governamental. Considerou o trabalho do Grupo rico e extremamente difícil, mas
394 não está se especificando quem faz o quê nem como. A Conselheira Suplente
395 Denyse Gomes destacou que a elaboração da proposta do Grupo foi viabilizada
396 pela discussão conjunta entre as áreas de produção e de saúde, devendo-se ter
397 urgência em trazer esse modelo de pensar para as políticas públicas. A Conselheira
398 Suplente mostrou preocupação com o futuro dessas discussões, sendo a
399 Conferência um momento importante, e com a necessidade de fortalecer setores
400 estratégicos, como a Coordenação Geral de Políticas de Alimentação e Nutrição do
401 Ministério da Saúde - CGPAN/MS e a Anvisa, tendo em vista a necessidade de
402 controle da sociedade sobre o que se consome. O Conselheiro Sillas Vieira
403 destacou a questão dos chamados "locus institucionais" depois de sancionada a
404 Losan para a implementação de uma política de Estado que garanta uma
405 alimentação adequada e saudável. Constatou ser esse um grande desafio para a
406 construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN,
407 pois o Governo é montado em cima de Ministérios com departamentos, cada um
408 preocupado com o seu assunto. Com relação à concentração no abastecimento de
409 alimentos, o Conselheiro Sillas Vieira registrou a necessidade de rever a legislação
410 para evitar a cartelização do setor e as imposições de mudanças nos hábitos
411 alimentares dos brasileiros. A Conselheira Regina Miranda, membro do Grupo de
412 Trabalho, informou que este tentou tirar a visão de alimentação adequada e
413 saudável do ponto de vista das ciências médicas e criar um novo conceito, o que
414 foi bem-sucedido. Concordou com o Sr. Sílvio Porto, colocando a necessidade de
415 reflexão sobre o tipo de alimento a que se tem acesso, em termos de segurança e
416 qualidade, e concluindo que o conceito deve ter como referência a situação que se
417 busca, em termos de alimentação adequada e saudável. A Conselheira Regina
418 Miranda acrescentou ainda a necessidade de incluir o reconhecimento das
419 contribuições das mulheres, das populações tradicionais, indígenas, dos negros,
420 desde a produção de alimentos até a gastronomia, na perspectiva da validação e
421 classificação desta contribuição como patrimônio histórico, cultural e imaterial
422 dessas populações. A observadora Marília Leão, da ABRANDH, manifestou
423 preocupação com a perspectiva de formular uma nova política de Alimentação
424 Saudável, considerando ser mais adequado redesenhar ou redefinir o Programa hoje
425 existente, restrito ao locus da saúde. Acrescentou que programas de sucesso no
426 Brasil, como os de amamentação e Aids, deram certo pela participação de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

427 entidades da sociedade civil; da mesma forma, deve-se reformular nesse sentido o
428 desenho do programa hoje existente. Finalmente, considerou que a Política de
429 Alimentação e Nutrição cumpriu um papel de articulação da alimentação com a
430 nutrição, ainda que restrito à saúde, e propôs acrescentar ao documento o
431 fortalecimento do PAA e do PNAE. O Conselheiro Mathias Martinho Lenz registrou a
432 importância de situar a questão da agroecologia e da revisão do modelo de
433 produção, apresentando duas sugestões: em relação ao conceito, acrescentar a
434 palavra "exercício", para dar dinamicidade, garantindo o papel do cidadão e do
435 estado, atores em interação para que esta alimentação se realize de fato; quanto
436 às estratégias e ações executivas, propõe a inclusão do Pró-Hort, relativo mercado
437 de hortigranjeiros, coordenado pela Conab e com perspectiva de integração em
438 rede das Centrais de Abastecimentos. A Senhora Adriana Aranha, representante do
439 MDS, parabeniza pela profundidade com que o documento aborda a questão
440 nutricional, reforça a necessidade de regulamentação da propaganda e propõe que
441 a proposta de revisão da formação profissional estenda-se a outras áreas, além da
442 nutrição. Finalmente, considera que o Grupo deve continuar seu trabalho,
443 dedicando-se a propor formas para viabilizar as propostas, a exemplo dos
444 restaurantes populares, que são espaços de formação da área de alimentação
445 saudável para trabalhadores de baixa renda, da inclusão do tema nos currículos
446 escolares e de propostas relativas às atividades físicas, o que, salvo engano, não
447 consta do documento. O Conselheiro Pedro Kitoko propõe que o documento seja
448 aperfeiçoado quanto ao conceito e também no marco referencial, alertando que a
449 caminhada para uma alimentação adequada no Brasil não começou a ser
450 construída na década de 1930 com José de Castro mas sim com o surgimento dos
451 sindicatos nas décadas anteriores, lutando por melhores condições de vida, o que
452 motivou a própria criação do próprio Ministério do Trabalho. Considerou que o
453 documento deveria fazer referência à criação do primeiro restaurante popular, por
454 volta de 1935, e do primeiro curso de nutrição, em 1929; e propôs o detalhamento
455 do processo de criação do SISVAN e abrir espaço para o aleitamento materno. A
456 Senhora Emma Siliprandi, representante do MDA, registrou a proposta de ampliar
457 a abordagem da valorização da mulher no documento, com a responsável pela
458 alimentação das famílias no nível doméstico, alertando que as políticas públicas
459 devem ser capazes de dialogar com elas, sob pena de se incidir no risco de
460 naturalizar uma divisão social do trabalho e de imputar culpas e responsabilidades
461 para as mulheres, que no fim das contas são quem vai fazer o cardápio, as
462 compras, a comida e a distribuição da comida. Em resumo, considera que o
463 documento deve fazer um questionamento sobre esta realidade, da distribuição
464 desigual de tarefas, que supõe que as mulheres vão ser responsáveis pela
465 alimentação. O Conselheiro Ubiraci Dantas reportou-se à questão da alimentação
466 do trabalhador, considerando que a base do emprego no país é na pequena e
467 média empresa e que, com melhores condições de alimentação no trabalho, o risco
468 de acidentes de trabalho diminui substancialmente, além de criar condições para
469 que o trabalhador possa ir a uma escola, se alfabetizar ou dar continuidade na à
470 sua formação. Dessa forma, o Conselheiro, que integra a comissão tripartite do
471 Ministério do Trabalho, propõe que haja diálogo com esse órgão para saber qual é
472 o problema legal que impede que a pequena e média empresa participe
473 efetivamente do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, que hoje
474 beneficia oito ou nove milhões de trabalhadores, o que poderá ser triplicado com a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

475 inclusão das pequenas e médias empresas. A Secretária Executiva do MDS,
476 Senhora Márcia Lopes, registrou o sentimento de alívio e conquista com a
477 aprovação da LOSAN, que instituiu um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e
478 Nutricional no Brasil, afirmando que a atuação do CONSEA foi exemplar. Considera
479 que a alimentação saudável, antes de ser uma política pública, é uma diretriz, um
480 componente essencial de uma política de segurança alimentar e nutricional, a qual
481 vai demandar uma série de protocolos normatizando seus conteúdos, entre os
482 quais a alimentação saudável. Acrescentou que, para se ter um sistema, deve-se
483 tratar da sua construção, da hierarquização, de processos descentralizados, das
484 responsabilidades do gestor no nível federal, estadual e municipal. Como exemplo,
485 a Senhora Márcia Lopes relatou sua visita a Bagé-RS, onde foram construídos 15
486 restaurantes populares e refeitórios, chamados de Fome Zero, com produtos da
487 agricultura familiar na despensa, por meio do PAA, com horta e cisterna.
488 Considerou que o documento tem de que ser a luz para o gestor público, nortear
489 programas e ações de todos os Ministérios relativo às diretrizes de alimentação
490 adequada e saudável, exemplificando com as mudanças das cestas básicas em
491 Dourados-MS para grupos indígenas, buscando maior afinção com a cultura
492 alimentar. A Secretária Executiva do MDS registrou também que este documento
493 deve constituir um primeiro subsídio produzido e escrito para o sistema e que,
494 quando estiver pronto o texto da política nacional de segurança alimentar e
495 nutricional, ali vão estar todos os eixos, diretrizes, extratos de operacionalização,
496 devendo-se ter uma proposta preliminar para isso em maio, na Conferência.
497 Informou ainda que o GT Fome Zero estava discutindo o marco legal dos
498 programas, finalizando ser muito importante que cada um que represente o
499 Governo ou a sociedade civil, lá na ponta, no seu município, na sua região, leve
500 este debate como uma ferramenta fundamental e imediata de aplicação da política
501 de segurança alimentar no Brasil, que já é lei. O Presidente Francisco Menezes
502 registrou seu elogio ao excelente trabalho desenvolvido pelo Grupo, considerando
503 que este deverá retomar as questões do conceito, do espaço institucional, da
504 forma de gestão e da implementação, concluindo pela necessidade de continuidade
505 dos trabalhos do Grupo a partir da sistematização dessas questões, gerando
506 documento que será parte dos subsídios para a Conferência. Em seguida, deu
507 início ao ponto de pauta referente ao Orçamento, convidando a Senhora Célia
508 Corrêa, secretária-adjunta da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do
509 Planejamento, que começou sua apresentação informando sobre o
510 encaminhamento para o Congresso Nacional do projeto de lei orçamentária – PLOA
511 para o ano de 2007, o qual adotou como parâmetros: IPCA de 4,5%; IGPDI de
512 4,3%; crescimento do PIB de 4,75%, representando uma estimativa para o PIB de
513 2007 de 2 trilhões e 300 milhões de reais; taxa de câmbio média para 2007
514 R\$2,30; salário mínimo com crescimento de R\$ 350,00 para R\$ 375,93; e taxa de
515 juros caindo de 15,72% para 13, 68%. Com isso, o PLOA 2007 prevê orçamento
516 estimado de 1 bilhão e 551 milhões de reais, Despesa Total de R\$ 1,511 bilhões,
517 incluindo Despesas primárias de R\$547,8 milhões, compostas por: (a)
518 Transferências por Repartição de Receita – R\$100,3 milhões; (b) Pessoal e
519 Encargos Sociais – R\$119,3 milhões; (c) Benefícios Previdenciários e Assistenciais
520 – R\$210,4 milhões; (d) Desoneração das Exportações – R\$ 3,9 milhões; (e)
521 Demais Despesas Obrigatórias - R\$ 19,0 milhões; (f) Despesas Discricionárias –
522 R\$91,4 milhões; (g) Reserva de Contingência – R\$ 3,5 milhões; (h) Despesas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

523 Financeiras de R\$963,7 milhões, compostas por (a) Juros e Encargos da Dívida R\$
524 165,9 milhões; (b) Amortização da Dívida – R\$ 77,1 milhões; (c) Refinanciamento
525 da Dívida – R\$ 655,8 milhões; (d) Demais Despesas Financeiras – R\$ 42,1
526 milhões; e (e) Reserva de Contingência – R\$ 23,0 milhões. A Sub-Secretária do
527 MPOG destacou que, dado o grande volume das despesas obrigatórias, as
528 despesas discricionárias representam apenas 6% do montante do orçamento. Com
529 relação à receita, estima-se total de R\$603,4 bilhões, dos quais R\$101,8 bilhões
530 serão transferidos aos Estados e Municípios, restando Receita Líquida de
531 Transferências de R\$501,6 bilhões, Despesas Obrigatórias R\$ 352,9 bilhões, Meta
532 de Resultado Primário de R\$ 56,2 bilhões (ou 2,45% do PIB) e Despesas
533 Discricionárias de R\$ 97 bilhões, dos quais R\$ 91,4 bilhões do poder executivo e
534 R\$5,6 bilhões dos demais poderes. A Senhora Célia Correa destacou que a carga
535 tributária está no limite, com tendência de se ampliar as desonerações, que já
536 implicaram em redução em torno de dez bilhões de reais, de forma que o Governo
537 tem que trabalhar no sentido de redução de despesas. Destacou ainda o Projeto
538 Piloto de investimentos – PPI prevê R\$ 4 bilhões e 600 milhões de reais para
539 atender a determinados projetos de altíssima relevância na área de infra-estrutura.
540 Analisando a distribuição das Despesas Primárias, a Senhora Célia Correa destacou
541 que R\$13,691 bilhões serão destinados à área de Infra-estrutura; R\$13,272
542 bilhões aos poderes de Estado e Administração; R\$60,130 bilhões à Política Social;
543 e R\$4,289 bilhões, à área de Produção. Em seguida, detalhou o orçamento da área
544 social em 2007, distribuído da seguinte forma: Saúde, com R\$37,339 bilhões;
545 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com R\$10,495 bilhões; Educação, com
546 R\$9,121 bilhões; Previdência Social, com R\$1,464 bilhões; Trabalho, com R\$
547 847,5 milhões; Esportes, com R\$ 436,5 milhões; e Cultura, com R\$425,7 milhões.
548 Assim, os destaques da área social no PLOA 2007 são: Educação – R\$11.121,5
549 milhões; Saneamento – R\$1.081,9 milhões; Bolsa Família – R\$8.605,2 milhões. Os
550 principais temas do Consea representarão R\$2.536,8 milhões, distribuídos da
551 seguinte forma: Alimentação Escolar (FNDE) R\$1.600,0 milhão; Assentamentos da
552 Reforma Agrária - implantação, recuperação, consolidação, assistência técnica
553 (Incra) – R\$ 381,0 milhões; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (MDS,
554 MDA) – R\$332,4 milhões; Cisternas (MDS) – R\$ 69,2 milhões; Assistência Técnica
555 e Extensão Rural (MDA) – R\$ 67,0 milhões; Água para Produção no Semi-Árido
556 (MDS, MDA) – R\$33,0 milhões; Geração de Trabalho e Renda / Economia Solidária
557 (MTE, MI) – R\$ 23,8 milhões; Apoio a Comunidades Tradicionais e Extrativistas
558 (MMA) – R\$ 8,8 milhões; SAN dos Povos Indígenas - Carteira Indígena (MDS) –
559 R\$6,0 milhões; Educação Alimentar (MDS, MS) – R\$ 6,0 milhões; SISVAN -
560 Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (MS) – R\$ 5,0 milhões; Demarcação
561 de Terras Quilombolas (Incra) – R\$ 3,5 milhões; Outras ações para comunidades
562 quilombolas: cultura, etnodesenvolvimento e atenção à saúde (FCPalmes,
563 SEPPPIR, MS) – R\$1,0 milhão; Proambiente - remuneração por serviços ambientais
564 (MMA) – R\$0,3 milhão. Ao fim, a Sub-Secretária da SOF/MPOG demonstrou que os
565 temas prioritários do CONSEA tiveram grande expansão da sua dotação no período
566 2003-2007, de R\$1.056,3 bilhão até os R\$2.536,8 bilhões do próximo exercício,
567 ainda que muitas vezes fiquem abaixo do que seria necessário para fazer frente a
568 todas as demandas. O Presidente do CONSEA agradeceu pela clareza da
569 apresentação e passou a palavra para a Senhora Carmem Priscila Bocchi,
570 assessora técnica da Secretaria do Consea, que apresentou balanço entra as



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

571 propostas do CONSEA, aprovadas na Plenária de julho e devidamente justificadas,
572 e a o que foi incluído no PLOA 2007. Ressalvou que não necessariamente essas
573 questões são as prioritárias para o CONSEA, citando como exemplo o Pronaf e o
574 Bolsa Família, que não foram listados nessa proposta por já terem recursos
575 garantidos. A Assessora Priscila Bocchi relatou que as prioridades foram
576 organizadas em três eixos, divididos em temas, da seguinte forma: (1) Produção e
577 Abastecimento, incluindo aquisição de alimentos, fortalecimento da agricultura
578 familiar, assistência técnica de extensão rural, reforma agrária e regularização
579 fundiária de comunidades quilombolas, agroextrativismo e preservação de
580 biodiversidade e segurança alimentar no semi-árido; (2) Acesso à Alimentação,
581 incluindo segurança alimentar dos povos indígenas e das populações negras,
582 geração de emprego e renda; e (3) Ações de Saúde e Nutrição, incluindo a
583 implantação e fortalecimento do Sisvan, educação alimentar e nutricional e
584 alimentação escolar. Os recursos solicitados somaram 3,564 bilhões de reais,
585 sendo que foram efetivamente contemplados no PLOA 2007 R\$2,549 bilhões,
586 representando um crescimento de 11,8% em relação a 2006, porém atendendo a
587 73% da demanda do CONSEA. Em seguida, a Senhora Carmem Priscila Bocchi
588 apresentou os valores para cada ação prioritária, destacando a criação de uma
589 nova ação para a Carteira Indígena, para a qual foram alocados seis milhões de
590 reais, frente a uma proposta de dez milhões. Destacou ainda as gestões feitas
591 junto ao Ministério da Saúde para reforço do monitoramento da situação alimentar
592 e nutricional da população brasileira, feito pelo Sisvan, que aumentou 20%, mas
593 ainda assim ficou muito aquém do solicitado. A Assessora finalizou, lembrando
594 que o CONSEA identificou 172 ações relacionadas à Segurança Alimentar e
595 Nutricional no PPA 2004-2007, as quais integram 47 programas de 16 ministérios
596 ou órgãos do Governo Federal, cujo montante passou de R\$17,184 milhões em
597 2006 para R\$18,24 bilhões no PLOA 2007, com um crescimento de 6,1% ou
598 R\$1,055 bilhão. Em seguida, a Sra. Célia Corrêa complementou, explicando o
599 funcionamento do processo alocativo do orçamento, pelo qual a Secretaria de
600 Orçamento Federal, com base no cenário definido, estima as receitas, desconta daí
601 as despesas obrigatórias, chegando ao montante para as despesas discricionárias;
602 em seguida, define-se um limite de caráter referencial para cada órgão, com base
603 em estudos específicos, sendo que cada órgão tem livre arbítrio para distribuir
604 esse limite entre as suas ações, a partir da orientação dos respectivos ministros. O
605 Presidente Francisco Menezes deu início ao posicionamento das instâncias,
606 solicitando a indicação de propostas. Iniciou-se pela Câmara Temática 1, com o
607 Conselheiro Carlos Eduardo Leite, que destacou a redução no PAA, ao mesmo
608 tempo em que o Governo destinou R\$1 bilhão para o escoamento da soja,
609 mostrando sua opção do governo pelo agronegócio, donde concluiu ser mais
610 importante debater sobre as disposições gerais do Governo, incluindo o pagamento
611 de dívida, do que discutir pontualmente alguns valores. O único avanço
612 identificado foi na no tema de biodiversidade e das comunidades tradicionais;
613 registrou-se redução no programa das cisternas, que ficou em R\$69 milhões diante
614 de uma demanda de R\$98 milhões; propôs-se R\$2,5 milhões para a ação de
615 inovação tecnológica no semi-árido do MDA, mas ficou em R\$1 bilhão,
616 registrando-se a expectativa de se atender à demanda de apoio à captação de
617 água para produção dentro da ação do MDS chamada Melhoria Sócio-Econômica
618 das Famílias. O representante da Câmara Temática 1 solicitou ainda a liberação



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

619 imediata dos recursos para o aditivo ao Termo de Parceria das cisternas, já
620 assinado pelo MDS, e concluiu propondo uma reflexão sobre a eficácia do
621 acompanhamento orçamentário do CONSEA e a necessidade de melhorar a
622 interlocução com o Governo, tendo em vista que a maioria das propostas não é
623 incorporada pelos Ministérios, pois houve aumentos em 19 programas, sete
624 diminuíram e quatro se mantiveram. A Conselheira Sônia Lucena, coordenadora da
625 Câmara Temática 2 – Saúde e Nutrição, concordou sobre a necessidade de
626 repensar o processo e informou que a Câmara 2 priorizou a discussão sobre a
627 alimentação saudável, saneamento e a questão da saúde, considerando que
628 algumas das prioridades não foram atendidas e que houve baixa execução em
629 2006. Registrou a importância dos investimentos em saneamento, área com
630 poucos recursos efetivamente aplicados, resultando em redução ano a ano,
631 apontando a necessidade de convidar os responsáveis para discutir os problemas
632 de execução e a baixa cobertura, em especial na área rural. Em seguida, a
633 Conselheira Sônia Lucena abordou a não incorporação da proposta de ampliação
634 da cobertura do SISVAN, que previa acréscimos graduais em quatro anos, até
635 chegar à implantação do Sistema em 100% dos municípios; o que se conseguiu foi
636 um aumento de dotação de 20% para 2007, o que é muito pouco, cabendo uma
637 reflexão sobre a real importância do SISVAN, para ver se vale a pena continuar
638 lutando por ele, como se faz há 30 anos. Como alternativa, a CGPAN/MS
639 considerou que o incentivo ao SISVAN está embutido no Piso da Atenção Básica –
640 PAB do SUS, de forma que os gestores municipais e estaduais já recebem esse
641 recurso automaticamente e, portanto, já têm que fazer esta tarefa. A Conselheira
642 Sônia Lucena ponderou, porém, que caso os gestores não façam, também não são
643 punidos, de forma que não teria sentido aumentar recursos destinados para o
644 Sistema sem ter garantias da sua implementação. Registrou ainda que a
645 alimentação saudável, principalmente na área de educação alimentar e nutricional,
646 apesar de ser tema central da discussão desta Plenária, tem dotação que não
647 passa de R\$6 milhões, sendo que esses recursos foram utilizados, neste ano, na
648 confecção de material didático, mas não se está fazendo a capacitação para que as
649 pessoas usem este material. Finalmente, a Conselheira Sônia Lucena reiterou a
650 proposta de refletir sobre o processo de análise orçamentária do CONSEA, tendo
651 em vista sua baixa efetividade. A Conselheira Elza Braga, coordenadora da Câmara
652 Temática 3 – Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Específicas,
653 apresentou preocupações relativas ao o baixo nível de execução orçamentária e
654 das metas. No caso destas, ponderou ser este ano atípico, em virtude das eleições
655 e do retardo da aprovação do orçamento, mas alertou para o risco de frustração
656 por uma execução menor que a do ano anterior. Com relação ao não atendimento
657 das propostas prioritárias, a Conselheira Elza Braga destocou a economia solidária,
658 quase sem alteração em relação ao ano anterior, apenas com um pequeno
659 decréscimo. Outra lacuna foi a impossibilidade de estender a alimentação escolar
660 para jovens e adultos e para o ensino médio e de reajustar o valor per capita em
661 2007. Alertou ainda para a redução da dotação da orçamentária da ação de
662 pesquisa e desenvolvimento em Segurança Alimentar e Nutricional, justamente no
663 contexto da implantação do SISAN. O Presidente do CONSEA passou a palavra
664 para a Secretária Executiva do MDS, Senhora Marica Lopes, que apresentou os
665 seguintes esclarecimentos: o recurso para as cisternas foi mantido para o
666 orçamento de 2007, sendo que o aditivo ao Termo de Parceria do MDS com a ASA



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

667 foi publicado e estaria sendo pago naquela data; os recursos para as pesquisas, no
668 âmbito da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/MDS, foram
669 mantidos em R\$16 milhões; os recursos para a realização da III Conferência
670 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional estavam também garantidos no
671 orçamento do MDS; a demanda de apoio à captação de água para a produção seria
672 levada para o Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional. A Secretária
673 Executiva do MDS registrou que o Ministério não teve nenhum problema de
674 contingenciamento em 2006 e que nenhum programa iria sofrer retrocesso em
675 2007, o que foi um compromisso do Presidente da República. Ao fim, ponderou
676 que as demandas são sempre maiores do que as possibilidades, cabendo uma
677 estratégia de se dirigir às bancadas do Congresso Nacional para discutir as
678 prioridades para a Segurança Alimentar e Nutricional, e que é necessário definir as
679 responsabilidades dos Estados e Municípios, nas áreas de abastecimento,
680 educação, agricultura, saúde, assistência social etc. A representante do MDA, Sra.
681 Emma Siliprandi, registrou que o Ministério buscou garantir um mínimo de dotação
682 para o PAA e a Assistência Técnica, tendo em vista a necessidade de contemplar
683 outros programas que também são considerados prioritários dentro do MDA, de
684 forma que as possibilidades são muito limitadas. Com relação à execução,
685 esclareceu que, no caso do PAA, a nova modalidade foi regulamentada em agosto,
686 portanto depois da safra, o que limitou a execução. A Sra. Célia Correa,
687 representante da SOF/MPOG, salientou a importância do trabalho de
688 acompanhamento da execução orçamentária feito pelo CONSEA, que é
689 reconhecido pela Secretaria de Orçamento Federal, e colocou o Ministério à
690 disposição para o aprimoramento desse trabalho. Após este pronunciamento, o
691 Presidente do CONSEA encerrou os trabalhos da manhã. PERÍODO DA TARDE. O
692 Presidente Francisco Menezes retomou os trabalhos às 14h15min, convidando o
693 Presidente do Conselho Nacional do SESI, Sr. Jair Meneguelli, para apresentar
694 informe sobre a atuação do SESI na área de Segurança Alimentar e Nutricional. O
695 Sr. Jair Meneguelli iniciou abordando o engajamento do SESI à prioridade do
696 combate à fome no Brasil, na perspectiva de fazer algo mais que distribuir
697 alimentos, tendo por base uma iniciativa do SESI de São Paulo, inicialmente
698 intitulada “Alimente-se Bem Por Um Real”, depois transformado em Programa e
699 denominado “Alimente-se Bem”. O Programa foi motivado, por um lado, pela
700 existência da fome no país e, por outro, pela estimativa de 30% de desperdícios de
701 alimentos, e foi estruturado em três pilares: reeducação alimentar, o
702 barateamento dos custos de alimentos e o combate ao desperdício. O programa é
703 executado por meio de cursos gratuitos dez horas para educação alimentar e 24
704 horas para os multiplicadores, no final do qual as pessoas recebem um livro de
705 receita; os cursos são viabilizados por num convênio do Sesi com o MDS, e
706 oferecidos em 30 unidades móveis espalhadas por todo o país, além de mais
707 algumas unidades fixas e de novas unidades semi-fixas. O SESI está formalizando
708 convênio com o Ministério da Educação para chegar às 127 mil escolas públicas do
709 país, atuando junto às merendeiras, pais e alunos. Além disso, há a perspectiva de
710 convênios com várias estatais para ajudar na publicação do livro de receitas, em
711 versões regionalizadas, e de cooperação com a FAO para levar o programa a toda
712 a América Latina, iniciando com o Uruguai. Concluindo, o Presidente do Conselho
713 Nacional do SESI considerou ser esse um programa que deu certo, o que é
714 demonstrado pela grande demanda pelos cursos. O Presidente do CONSEA deu



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

715 continuidade ao ponto da pauta referente ao orçamento e passou a palavra à
716 Conselheira Ana Lúcia Pereira, Coordenadora da Comissão Permanente 2 –
717 Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, que relatou a baixa
718 execução do Programa Brasil Quilombola, que teve baixa execução, motivo pelo
719 qual definiu-se pela convocação do MDA e da Fundação Cultural Palmares para
720 esclarecimentos. Quanto ao PLOA 2007, houve redução em uma das ações e
721 acréscimo nas demais, com destaque para a regularização fundiária e a
722 capacitação de agentes das comunidades quilombolas, com expansão de 34,6% e
723 de 20%, respectivamente. Houve também garantias do MS de que será retomada
724 a ação de atenção à saúde das populações quilombolas. Finalmente, a Conselheira
725 Ana Lúcia Pereira registrou que a dotação da ação de regularização fundiária,
726 embora tenha crescido, ficou muito abaixo da expectativa da Comissão, que era de
727 R\$ 16 milhões, de forma que essa será uma questão prioritária em 2007, tendo em
728 vista, inclusive, os diversos casos de violência contra essas comunidades, bem
729 como contra outras comunidades tradicionais. Concluídas as manifestações das
730 instâncias, o Presidente Francisco Menezes abriu o debate sobre o PLOA 2007,
731 iniciando por colocar a necessidade de sensibilização dos parlamentares em relação
732 às prioridades do CONSEA. Passou a palavra para a representante do Ministério da
733 Saúde, Sra. Patrícia Gentil, que registrou que, apesar de não ter ocorrido um
734 aumento expressivo no orçamento do Sisvan, conseguiu-se dobrar o valor do
735 Programa Alimentação Saudável, do qual o Sisvan é integrante, propondo
736 constituir comissão para negociar junto à Frente Parlamentar da Saúde emendas
737 de ampliação dessa dotação. A Sra. Rosane, representante da FUNAI, informou
738 sobre os projetos com castanha, copaíba e outros produtos da região amazônica,
739 no âmbito da Coordenação da Geral de Desenvolvimento Comunitário, porém com
740 muitos cortes no orçamento, solicitando apoio para essa iniciativa, que garante o
741 apoio a atividades adaptadas a cada realidade. Informou ainda que foi criada uma
742 nova ação do PPA, executada pela FUNAI, para a promoção de atividades
743 produtivas para as mulheres indígenas, porém com recursos muito limitados, da
744 ordem de R\$250 mil. A Conselheira Zilda Arns registrou a importância de se atuar
745 junto aos povos indígenas por meio dos 34 distritos sanitários especiais indígenas
746 da FUNASA, que são locais privilegiados para discutir alimentação saudável. O Sr.
747 Roberto Marinho Alves da Silva, representante do Ministro do Trabalho e Emprego,
748 esclareceu haver diversos setores, órgãos e programas atuando na promoção da
749 economia solidária, de forma que reduções orçamentárias de determinadas ações
750 não representam retrocesso nesse tema, acrescentando que o Programa de
751 Resíduos Sólidos Urbanos teve aumento substantivo, resultado de um processo
752 amplo de negociação feito com o segmento. Em relação à proposta de
753 encaminhamento, informou que o Ministério atuará no Congresso Nacional numa
754 tentativa de ampliação do orçamento de algumas ações, como a de agentes de
755 desenvolvimento solidário, que atua diretamente na ponta, em grande parte com
756 beneficiários do Bolsa Família, indígenas, quilombolas e comunidades rurais. Então
757 tem que acrescentar isso como nosso diálogo com o congresso. Finalmente, o
758 Representante do Ministério do Trabalho apoiou a proposta de abrir o diálogo no
759 CONSEA sobre os fundos solidários. O Presidente Francisco Menezes reiterou o
760 encaminhamento de fazer gestões no Congresso Nacional para viabilizar emendas
761 de ampliação da dotação das ações prioritárias, passando em seguida para o ponto
762 de pauta referente à III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

763 Nutricional, dividido em três pontos: ajustes nos números de delegados por cotas,
764 manual orientador e regimento. Com relação ao número de delegados, a
765 Conselheira Ana Lúcia Pereira apresentou a proposta de ajustes nos representantes
766 de comunidades de terreiro, quilombolas e negros, em especial na primeira
767 categoria, em função da limitação dos dados oficiais que deram base para a
768 elaboração da proposta inicial de distribuição das cotas. Dessa forma, a nova
769 proposta de distribuição das cotas ficou da seguinte forma: Quilombolas: RO-1;
770 AC-0; AM-1; RR-0; PA-11; AP-1; TO-1; MA-14; PI-2; CE-2; RN-2; PB-1; PE-1;
771 AL-1; SE-1; BA-9; MG-5; ES-1; RJ-1; SP-2; PR-1; SC-1; RS-1; MS-1; MT-2;
772 GO-1; DF-1; BRASIL-65; Comum. Terreiro: RO - 1; AC - 1; AM- 1; RR - 1; PA -
773 4; AP - 1; TO - 1; MA - 4; PI - 1; CE - 1; RN - 1; PB - 1; PE - 5; AL - 1; SE - 3;
774 BA - 7; MG - 4; ES - 1; RJ - 2; SP - 4; PR -1; SC - 1; RS - 2; MS - 2; MT -1;
775 GO - 3; DF - 1; BRASIL - 56; Negros (geral): RO-1; AC-1; AM-3; RR-1; PA-7; AP-
776 1; TO-1; MA-6; PI-3; CE-7; RN-2; PB-3; PE-7; AL-2; SE-2; BA-14; MG-13; ES-2;
777 RJ-8; SP-14; PR-3; SC-1; RS-2; MS-1; MT-2; GO-4; DF-2; BRASIL-114. O
778 Presidente Francisco Menezes passou a palavra para o Sr. Aderval, do Conselho de
779 Comunidades e Povos Tradicionais, que registrou a necessidade de garantir
780 também quantitativos a outros grupos, com base na distribuição utilizada para as
781 consultas sobre a política nacional de desenvolvimento da comunidades
782 tradicionais, o que daria um quantitativo de 213 representantes, entre
783 extrativistas, seringueiros, ciganos e sertanejos. O Presidente do CONSEA
784 considerou não haver possibilidade de se alterar no número de delegados
785 previamente definido, encaminhando, alternativamente, para que a Comissão
786 Organizadora orientasse os Estados para garantir a representação dos povos
787 tradicionais ali existentes na composição da sua delegação. O Conselheiro Werner
788 Fuchs reiterou que essa orientação já consta da proposta de regimento. O
789 Presidente do CONSEA consultou ao Plenário quanto à proposta de revisão das
790 cotas, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, passou a palavra ao
791 Conselheiro Adriano Martins, que apresentou a proposta de Manual orientador,
792 ainda em construção no âmbito da sub-comissão de conteúdo e metodologia.
793 Procedeu à exposição do índice do documento, alertando que parte do conteúdo
794 dependeria das definições do regimento. O Conselheiro Adriano Martins destacou
795 que o objetivo do Manual era orientar os Conseas Estaduais na organização das
796 etapas preparatórias à conferência estadual, contemplando um conjunto de
797 sugestões para as atividades a serem desenvolvidas em âmbito municipal, regional
798 e estadual. O índice ficou composto por: apresentação, com um texto motivador do
799 presidente do CONSEA, sugerindo que este aborde o contexto político da III
800 Conferência e a importância da mobilização nos estados; informações sobre a III
801 Conferência, incluindo local, tema, objetivos, eixos temáticos, os participantes, o
802 processo preparatório e as etapas; uma apresentação de conceitos importantes,
803 como segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, direito humano,
804 alimentação adequada e outros, levando em conta que as conferências são
805 também espaços de formação; e um cardápio de atividades e métodos que
806 poderão ser utilizados para a realização dessas conferências, servindo como um
807 acervo de material de apoio; a apresentação do regimento da III Conferência. O
808 Conselheiro Adriano Martins acrescentou que, dependendo do grau de formalidade
809 do processo, será necessário apresentar orientações sobre a convocação das
810 conferências estaduais, municipais e sub-regionais e sobre a documentação a ser



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

811 exigida sobre a realização desses eventos. Além disso, o Manual deverá apresentar
812 orientações e sugestões para a mobilização, incluindo a interlocução prévia com
813 os movimentos organizados dos segmentos que vão ter espaço nas cotas de
814 delegado. O Manual deverá conter sugestões de roteiros de atividades e
815 metodologia para as conferências municipais e sub-regionais, bem como para as
816 conferências estaduais, propondo, no caso destas, que discutam o texto-base e
817 elejam os delegados conforme as definições do regimento, incluindo orientações
818 sobre as cotas, as quais representarão um esforço a mais para as Conferências
819 Estaduais. O Conselheiro Adriano Martins considerou ainda ser necessário
820 apresentar informações importantes sobre a lei orgânica, devendo-se também
821 disponibilizar vídeos e cartilhas que possam ser utilizados nas conferências,
822 lembrando que são espaços de formação. Finalmente, o Conselheiro apresentou a
823 proposta de que a proposta de manual seja disponibilizada aos conselheiros, com
824 envio das contribuições até o dia 13 de outubro, de forma a disponibilizar o Manual
825 até o final de outubro, quando seria realizada a reunião com os presidentes dos
826 Conseas Estaduais, conforme previsto no cronograma do processo preparatório da
827 Conferência. O Senhor Crispim Moreira, representante do MDS alertou para a
828 necessidade de tempo para os procedimentos administrativos necessários à
829 produção do material, o que poderia comprometer o cronograma proposto. O
830 Conselheiro Sillas Vieira ponderou que boa parte dos Conseas vão utilizar o
831 material partir de 2007, quando deverão ser realizadas as conferências estaduais,
832 fazendo a previsão de ter o material impresso e distribuído até março. O
833 Presidente Francisco Menezes lembrou do impedimento de produção e distribuição
834 de material durante o período eleitoral, o que recolocava a necessidade de rever o
835 cronograma, e registrou o encaminhamento de se delegar à Sub-Comissão de
836 Conteúdo e Metodologia para finalizar a elaboração do Manual Orientador. Em
837 seguida, iniciou a apresentação da proposta de Regimento da III Conferência,
838 esclarecendo que o ponto de partida foi o regimento da II Conferência e que
839 muitas das questões que o compõem foram decisões tomadas na última plenária,
840 não necessitando, portanto, de se refazer a análise desses pontos. Iniciou a
841 discussão do Regimento por capítulos, ressaltando o que havia de novo, a partir do
842 que as sub-comissões e a comissão organizadora propuseram. No Capítulo 1 -
843 Sessão 1 - Do Título, já havia se decidido na Plenária anterior que o título seria
844 "Por um desenvolvimento sustentável, com soberania e segurança alimentar e
845 nutricional"; na Seção 2 - Do Objetivo, fixou-se o objetivo geral de indicar
846 proposições para a construção do Sistema Nacional de segurança alimentar e
847 nutricional, inserindo-se um segundo objetivo, sobre diretrizes de soberania e
848 segurança alimentar e nutricional como eixo estratégico para o desenvolvimento
849 com sustentabilidade, e destacando a orientação para a atuação do Brasil no plano
850 internacional. A Sra. Rosane, representante da FUNAI, solicitou esclarecimentos
851 sobre o termo soberania alimentar, ao que o Conselheiro Renato Maluf esclareceu
852 que houve grande discussão prévia e dispôs-se a relatá-la à Sra. Rosane. O
853 Conselheiro Carlos Eduardo Leite colocou a necessidade de explicitar o papel da
854 Conferência em relação à política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e
855 o Presidente do CONSEA concordou. A Conselheira Delzi Castro propôs a seguinte
856 redação para um novo objetivo: "bases para o marco regulatório, com vistas em
857 assegurar o direito humano a alimentação adequada, bem como garantir os
858 mecanismos para sua exigibilidade". O Presidente Francisco Menezes consultou a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

859 Plenária, que manifestou concordância com a proposta. Ainda no Capítulo 2 - Da
860 realização e dos prazos, o Presidente do CONSEA destacou a recomendação de que
861 as conferências estaduais, sejam precedidas de conferências municipais ou sub-
862 regionais, que não implica obrigatoriedade, consultando o representante da Sub-
863 Comissão de Mobilização, Conselheiro Sillas Vieira, que concordou com essa
864 formulação, afirmando que a idéia não era mesmo de obrigatoriedade, mas de
865 empenho para se fazer este nível de conferência. O Conselheiro Werner Fuchs
866 alertou que o regimento da Conferência Nacional e não pode legislar sobre os
867 estados, que têm autonomia de fazer ou não suas conferências. Ainda no Capítulo
868 2, artigo sexto, define a precedência das questões nacionais sobre as questões
869 regionais e que os delegados deverão atuar sobre elas em caráter analisador,
870 formulador e propositor; e o artigo sétimo define as etapas, alertando que o não
871 cumprimento dos prazos destas não implicará na possibilidade de adiamento na
872 etapa nacional. O Conselheiro Malaquias Batista ponderou que a Segurança
873 Alimentar e Nutricional deveria constar nos eixos referenciais e não nos eixos
874 estratégicos de desenvolvimento, ao que o Conselheiro Renato Maluf considerou a
875 intenção de que a Segurança Alimentar e Nutricional fosse ordenadora,
876 orientadora de estratégias de desenvolvimento, portanto era adequado fazer
877 referência a eixo estratégico. O Presidente do CONSEA passa a palavra para o
878 Conselheiro Carlos Eduardo Leite, que abordou o objetivo referente ao plano
879 internacional, considerando a formulação soberania e segurança alimentar como a
880 mais adequada a este eixo estratégico. O Observador Flávio Valente considerou
881 que essa redação estava confusa e que deveria explicitar uma idéia consistente
882 com o texto da LOSAN, de que o país não deve fazer políticas que levem a violar
883 os direitos dos outros países e ao mesmo tempo se defender de ações de outros
884 países que violem seus direitos. O Presidente do CONSEA consulta a Plenária
885 quanto à proposta de delegar à Sub-Comissão de Conteúdo a redação final para
886 esse item, com base no texto da lei. O Conselheiro Carlos Eduardo Leite propôs
887 reformulação do Artigo 13, considerando ter pouca efetividade a recomendação de
888 que as conferências estaduais discutam documento-base; a proposta foi acatada,
889 mediante a substituição do termo "poderão" por "deverão"; e considerou também
890 que, como a maioria dos estados não tem política estadual, deveria se orientar
891 para que as conferências estaduais discutissem ações e políticas estaduais de
892 Segurança Alimentar e Nutricional. O Conselheiro Werner Fuchs relatou o
893 questionamento feito pelas Comissões Permanentes 3 e 4 sobre o parágrafo único
894 do Artigo 14, relatando ser muita responsabilidade para a Comissão Executiva
895 delegar a esta a deliberação sobre os casos em que o governo estadual não
896 convocar a conferência. O Presidente Francisco Menezes alertou para a
897 necessidade de deixar flexibilidade para resolver problemas que tendem a surgir e
898 que precisarão ser equacionados, passando a palavra ao Conselheiro Ubiraci
899 Dantas, que concordou com a preocupação do Presidente quanto ao risco de não
900 se validar esforços de mobilização nos estados, como no caso de São Paulo, onde o
901 Consea Estadual passa por dificuldades em relação ao Governo do Estado,
902 demandando gestões específicas do Consea Nacional. O Conselheiro Éldo Bonomo
903 concordou com a preocupação de se ter conferências estaduais representativas,
904 alertando que não se deveria adotar dois pesos e duas medidas sob pena de deixar
905 sem legitimidade a Conferência Nacional, concluindo por propor que, onde não
906 houver conferência, não vai haver delegado; e, por outro lado, se prever todos os



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

907 mecanismos possíveis para que haja conferência estadual, mesmo se o governo
908 não convocar. Por fim, o Conselheiro Éldo Bonomo propôs criar o dispositivo de
909 que a Comissão Executiva irá deliberar sobre os casos omissos no regimento. O
910 representante do Ministério do Trabalho propôs que se definisse no regimento as
911 formas de convocação das conferências estaduais. O Presidente do CONSEA propôs
912 registrar a prerrogativa do executivo estadual de convocar a conferência, deixando
913 a possibilidade de que as entidades da sociedade civil o fizesse em caso de
914 omissão daquele, e ainda explicitar no regimento os documentos a serem exigidos
915 sobre a realização da conferência estadual. Em seguida, debateu-se os artigos 17
916 e 18, decidindo-se por: (1) reafirmar as conferências estaduais como o espaço de
917 elaboração das propostas ao documento-base, as quais serão objeto de debate e
918 deliberação da Conferência Nacional; e (2) retirar a referência a trabalhos de
919 grupo, pois isso seria objeto de decisão posterior quanto à metodologia da III
920 Conferência, deixando, em substituição, a definição de que caberá à Comissão
921 Organizadora a definição de critérios e procedimentos para os trabalhos da
922 Conferência; definições adicionais deverão constar do regulamento que definirá o
923 funcionamento desse evento. Em seguida, o Presidente do Consea procedeu à
924 análise e aprovação do Capítulo 4, referente à Organização da Conferência,
925 incluindo a estrutura, a composição e as atribuições da Comissão Organizadora e
926 das Sub-Comissões. Com relação ao Capítulo 5, referente aos participantes da III
927 Conferência, convalidou-se a proposta de revisão das cotas destinadas a
928 representantes das comunidades de terreiro, quilombolas e negros, aprovada
929 anteriormente na Plenária, acrescida da orientação de que as delegações estaduais
930 deverão contemplar representantes das outras comunidades tradicionais presentes
931 nos Estados. O Conselheiro Werner Fuchs apresentou a questão de procedimento
932 geral para escolha dos delegados por cotas, discutida nas Comissões Permanentes
933 3 e 4 a partir de proposição da Conselheira Azelene Kaingáng de que as
934 organizações indígenas tivessem autonomia para indicar diretamente seus
935 delegados à Conferência Nacional. A posição das Comissões é de que possa haver
936 a indicação prévia pelas organizações em cada Estado, mas que essas indicações
937 deveriam ser validadas nas Conferências Estaduais, de forma a que esses
938 representantes fossem definidos juntamente com os demais delegados. O
939 Conselheiro Renato Maluf propôs acrescentar a orientação de que os Conseas
940 Estaduais buscassem as organizações representativas de cada segmento, para
941 preparar o processo de escolha dos delegados no estado. A Conselheira Ana Maria
942 Placidino concordou que cada estado deverá ter certa autonomia para organizar
943 seu processo, de acordo com a realidade das organizações ali existentes, mas
944 ponderou que deveria se levar em conta as especificidades dos povos indígenas e
945 as dificuldades para que estes se integrassem às conferências estaduais, seja em
946 termos de acesso, seja em termos de diferenças lingüísticas. Considerando que as
947 propostas não foram excludentes, mas complementares, o Presidente do Consea
948 consultou a Plenária quanto à aprovação destas, delegando à Sub-Comissão de
949 Conteúdo a redação final desses dispositivos. Em seguida, consultou a Plenária
950 quanto aos demais itens do Regimento, referentes aos recursos e às disposições
951 gerais, os quais foram aprovados. O Presidente Francisco Menezes concluiu assim
952 a aprovação do Regimento, que seria encaminhado para publicação,
953 imediatamente após a publicação do decreto presidencial de convocação da
954 Conferência. Em seguida, passou a palavra à Senhora Marília Leão, representante



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

955 da ABRANDH e membro do Grupo de Trabalho de Monitoramento e Indicadoresm
956 em Segurança Alimentar e Nutricional, que apresentou informe sobre os trabalhos
957 do Grupo, instituído na Plenária de 25 de abril e composto por representantes do
958 MDS, do IPEA, da CGPAN, do Ministério da Saúde, do IBGE, da SPI/MPOG e da
959 Secretaria Executiva do CONSEA. O Grupo discutiu modelos de determinação de
960 segurança/insegurança alimentar e iniciou a elaboração de uma matriz de
961 indicadores, propondo o foco nas populações vulneráveis e a publicização dos
962 dados existentes; informou ainda que as propostas serão apresentadas às
963 instâncias do CONSEA e que os documentos já se encontravam disponíveis no *site*.
964 A Conselheira Delzi Castro, da Comissão Permanente 6 – Direito Humano à
965 Alimentação Adequada informou que no dia seguinte seria realizada oficina da
966 Comissão, visando elaborar propostas para o documento-base da III Conferência e
967 convidando os demais conselheiros a participar. O Presidente do CONSEA
968 lembrou que a próxima Plenária estava agendada para o dia 28 de novembro de
969 2006 e, nada mais havendo a tratar, deu por encerrado os trabalhos da Plenária,
970 que foi gravada em áudio e transcrita. Lavrou-se a presente Ata que, depois de
971 aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco Menezes, e
972 pelo Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
973 Patrus Ananias, para que se produza o seu efeito legal.

Brasília, 26 de setembro de 2006.

Francisco Menezes
Presidente

Patrus Ananias
Secretário

974
975